MEC / INEP
SIBE - CIBEC

O PABAEE — A VOLTA DOS TEMPOS DE FRANCISCO CAMPOS E A OPOSIÇÃO DOS EDUCADORES CATÓLICOS — Edil Vasconcellos de Paiva
EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM MINAS GERAIS — Anamaria C. Peixoto

Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.34, jul/1995

SÉRIE DOCUMENTAL: RELATOS DE PESQUISA **ISSN - 0104-6551**

n.l - Formação dos Formadores de Professores

n.2A - O mercado de Trabalho para Professores de 1º e 2º Graus: A Evolução na Década de 80

n.2B - Educação e Transição Demográfica: População em Idade Escolar no Brasil

n.2C - Educação Ambiental: Experiências e Perspectivas

n.3 - Escola, Cidadania e Profissionalização

n.4 - Estudo do Aluno Universitário para a Construção de um Projeto Pedagógico

n.5 - Implicações da Nova Ordem Econômica Internacional para os Trabalhadores Docentes Universitários no Brasil

n.6 - Ação Cultural e Educacional da Biblioteca no Âmbito da Escola de 1º Grau

n.7 - Metodologia da Alfabetização de Adultos: Um Balanço da Produção do Conhecimento

- O Visitante Inoportuno: O Estudo da Escola num Grupo Tribal

- Do Discurso da Greve à Ação do NEPE: Uma Forma Diferente de Fazer/Conceber a Universidade

n.10 - Efeitos da Simulação Computadorizada no Ensino da Atividade de Visita Domiciliar

n.11 - A Prática Cotidiana dos Profissionais da Educação em Escolas Públicas: A Difícil Relação Teoria-Prática

n.12 - Municipalização do Ensino: Discurso Oficial e Condições Concretas de Implantação

n.13 - Avaliação das Experiências de Educação de Jovens /Adultos de Santa Catarina

n.14 - O Perfil Sócio-Cultural de Alguns Trabalhadores do Ensino Noturno de 2º Grau Através de seu Cotidiano

n.15 - Descentralização, Política Municipal de Educação e Participação no Município de São Paulo

n. 16 - A Realidade da Preparação para o Trabalho na 2ª Região Escolar — São Leopoldo-RS

n.17 - Qualidade de Ensino: Velho Tema, Novo Enfoque

n.18 - Diário de Casse: A Construção do Currículo Indígena

n.19 - A Escola de Aprendizes Artífeces no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho Assalariado no Nordeste (1910-1940)

n.20 - Avaliação da Atuação dos Professores de 2° Grau nas Disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia na Microrregião do Médio Vale do Itajaí/SC

n.21 - Convivendo com os Usos da Escrita Antes da Escola

n.22 - Acompanhamento da Implementação da Proposta de Orientação Educacional no Sistema Oficial de Ensino no Distrito Federal.

n.23 - A Supervisão Escolar e o Processo de Alfabetização: um Estudo de Caso em uma Escola Pública de Porto Alegre

n.24 - Educar, Instruir e Civilizar: Contribuição à História da Educação Infantil em Minas Gerais

n.25 - O Estágio na Formação de Professores: Unidade Entre Teoria e Prática? O Estágio em Quatro Tempos Estágio Supervisionado em Psicologia Organizacional: estudo preliminar

n.26 - Proposta de Ensino de Química Compatível com as Características das Cidades Periféricas da Grande Porto Alegre

n.27 - Características da Pesquisa Educacional: Chile, México, Estados Unidos e Brasil

n.28 - Recursos Financeiros e Educação no Poder Público Municipal: O Caso de Belo Horizonte

n.29 - A Reconstrução dos Conhecimentos na Educação Escolar de Jovens e Adultos e a Organização do Trabalho Pedagógico

n.30 - Política Educacional para o Ensino Superior: O "Pacote Portella"

n.31 - Formação Profissional *Versus* Mercado de Trabalho no Vale do Itajaí: Um Estudo Avaliatório

n.32 - O Discurso Pedagógico: A presença do Outro

n.33 - A Gênese do Ensino Institucional no Brasil

n.34 - O PABAEE — A Volta dos Tempos de Francisco Campos
Educação e Memória em Minas Gerais

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

O PABAEE — A VOLTA DOS TEMPOS DE FRANCISCO CAMPOS E A OPOSIÇÃO DOS EDUCADORES CATÓLICOS

Edil Vasconcellos de Paiva (coord.) Léa Pinheiro Paixão

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM MINAS GERAIS

Anamaria Casasanta Peixoto Maria Helena Oliveira Prates

Os artigos-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa n° 29/91, firmado entre o INEP e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/MG), são de responsabilidade de sua coordenadora, tendo sido encaminhados ao INEP em janeiro/95. O relatório final encontra-se à disposição, no INEP, para consultas *in loco*. Os interessados em adquirir fotocópias poderão solicitá-las à Coordenadoria de Pesquisa ou à Subgerência de Disseminação e Circulação, deste Instituto, mediante pagamento. Os textos chegaram a esta Gerência em junho de 1995.

Brasília / 1995

DIRETORA-GERAL
Maria Helena Guimarães de Castro

COORDENADORA DE PESQUISA, *Substituta*
Maria de Lourdes Marquez Bittencourt

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO
Amadeu Valdomar Teixeira da Mota

COORDENADOR DE AVALIAÇÃO E GERENTE DO SAEB
Orlando Pilati

COORDENADOR DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DIRETOR-ADJUNTO Tancredo Maia Filho

GERENTE DO PROGRAMA EDITORIAL
Arsênio Canísio Becker

SUBGERENTE DE DISSEMINAÇÃO E CIRCULAÇÃO
Sueli Macêdo Silveira

GERENTE DO CENTRO DE INFORMAÇÕES
BIBLIOGRÁFICAS EM EDUCAÇÃO Gaetano
Lo Mônaco

RESPONSÁVEL EDITORIAL
Cleusa Maria Alves

CAPA
Carla Vianna Prates

REVISÃO DE TEXTO José
Adelmo Guimarães

DIGITAÇÃO
Celi Rosalia Soares de Melo

REVISÃO EDITORIAL
Cleusa Maria Alves, Francisca de Sá Benevides,
José Adelmo Guimarães e Gislene Caixeta

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Maria Ângela T. C. Silva

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Mírian Santos Vieira

APOIO GRÁFICO
Adelino Nunes de Lima, Mirna Amariles Beraldo,
Maria Madalena Argentino e Marluce Moreira Salgado

Tiragem: 500 exemplares

INEP - Gerência do Programa Editorial
Campus da UnB, Acesso Sul - Asa Norte — 70910-900 Brasília - DF
Fone: (061) 347-8970 - Fax: (061) 273-3233

Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.34, jul./1995 **ISSN 0104-6551**

APRESENTAÇÃO

Uma das funções institucionais do INEP consiste em prover e estimular a disseminação e discussão de conhecimentos e informações sobre educação, visando seu desenvolvimento e domínio público, através de sua produção editorial.

Com o objetivo de contribuir para a democratização de parte desses conhecimentos, de modo mais ágil e dinâmico, o INEP criou recentemente as *Séries Documentais*, com o mesmo desenho de capa: elas formam um novo canal de comunicações, diversificado quanto a público, temática e referenciação; abrangendo vários campos, elas podem alcançar, com tiragens monitoradas, segmentos de público com maior presteza e focalização; cada série poderá captar material em diferentes fontes (pesquisas em andamento ou concluídas, estudos de caso, *papers* de pequena circulação, comunicações feitas em eventos técnico-científicos, textos estrangeiros de difícil acesso, etc).

São as seguintes as séries:

1. *Antecipações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos por pesquisadores nacionais, cuja circulação está em fase inicial nos meios acadêmicos e técnicos.
2. *Avaliação* tem o objetivo de apresentar textos e estudos produzidos pela Gerência de Avaliação.
3. *Estudo de Políticas Públicas* tem o objetivo de apresentar textos e documentos relevantes para subsidiar a formulação de políticas da Educação.
4. *Eventos* tem o objetivo publicar textos e conferências apresentados em eventos, quando não se publicam seus anais.
5. *Inovações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos pelo Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (CRIE).
6. *Relatos de Pesquisa* tem o objetivo de apresentar relatos de pesquisas financiadas pelo INEP.
7. *Traduções* tem o objetivo de apresentar traduções de textos básicos sobre Educação produzidos no exterior.

SUMÁRIO

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA AO ENSINO ELEMENTAR (PABAEE) — A VOLTA DOS TEMPOS DE FRANCISCO CAMPOS E A OPOSIÇÃO DOS EDUCADORES CATÓLICOS
Edil Vasconcellos de Paiva 11

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM MINAS GERAIS
Anamaria Casasanta Peixoto..... 20

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA AO ENSINO ELEMENTAR (PABAEE) — A VOLTA DOS TEMPOS DE FRANCISCO CAMPOS E A OPOSIÇÃO DOS EDUCADORES CATÓLICOS

Edil Vasconcellos de Paiva (Coord.)
Léa Pinheiro Paixão

Introdução

Em 22/06/1956 o Ministério da Educação e Cultura assinou um acordo com a USOM-B (United States Operation Mission — Brasil) dando início a um programa de apoio ao ensino elementar, que ficou conhecido por sua sigla PABAEE e cujos objetivos foram:

1) Formar quadros de instrutores de professores de ensino normal para diversas escolas normais mais importantes do Brasil.

2) Elaborar, publicar e adquirir textos didáticos tanto para as escolas normais como para as elementares.

3) Enviar aos Estados Unidos, pelo perío do de um ano, na qualidade de bolsistas, cinco grupos de instrutores de professores de ensino normal e elementar recrutados em regiões representativas do Brasil que, ao regressarem, serão contratados pelas respectivas escolas normais para integra rem os quadros de instrutores de profes sores pelo período mínimo de dois anos.

A estratégia de implantação do programa previa a criação de um centro piloto no Instituto de Educação em Belo Horizonte e o estabelecimento de centros similares em São Paulo, Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A reconstrução da história do PABAEE mostrou que apenas o centro piloto se efetivou. Verificou-se, no entanto, que o programa exerceu influência em âmbito nacional.

No centro piloto, em Belo Horizonte, professoras do curso normal, supervisores, inspetores e diretoras de escolas primárias e normais de diversos estados realizaram cursos de aperfeiçoamento. Por meio destes cursos, da produção e distribuição de material didático e assessorias a secretarias de educação, o PABAEE contribuiu para a divulgação de uma abordagem dos problemas da escola primária que predominou no período que vai do final da década de 50 até o início da década de 70.

A participação americana na direção do programa cessou em 1963 quando as atividades nele desenvolvidas foram integradas ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, órgão do INEP. Em 1964 o PABAEE passou a constituir a Divisão de Aperfeiçoamento daquele centro.

Este artigo apresenta resultados de pesquisa[1] realizada sobre o PABAEE e sua influência na educação brasileira no que se refere às repercussões iniciais do programa em Minas Gerais. Enquanto ele foi recebido por lideranças educacionais no estado como uma possibilidade de reviver experiências pedagógicas do final dos anos 20, foi combatido por educadores católicos que temiam que a educação mineira fosse contaminada pela orientação pragmatista americana.

A Volta dos Tempos de Francisco Campos

A história do PABAEE apresenta justificativas que fazem lembrar o passado

A pesquisa foi realizada como parte das atividades acadêmicas das autoras na Universidade Federal de Minas Gerais e contou com o apoio do INEP, CNPq, e FAPEMIG.

educacional mineiro. Depoimentos, discursos, matérias de jornal da época mostram que, por meio da cooperação americana, Minas Gerais procurava reviver uma experiência pedagógica realizada em fins da década de 20 pelo então secretário dos negócios do interior, cuja pasta incluía os negócios da educação, Francisco Campos.

Segundo a análise de Arroyo (1986, p.20):

> A democratização do ensino no pré-30 traz os marcos das soluções escolhidas pelas lideranças mineiras para sair da crise. Será uma democratização controlada e dirigida do alto, a serviço de uma nova ordem, mas sem quebrar os particularismos em nível socioeconômico e político. A expansão da instrução pública para o povo é aceita como exigência, desde que não o desvie do exercício de suas profissões operárias, conservando-se dentro de sua classe. Nesse contexto do período pré-30, mais do que um processo de expansão do ensino, o que ocorre é um processo de diversificação do sistema básico de instrução.

O conteúdo das reformas realizadas por Francisco Campos, como o de outras efetuadas na época, em outros estados, naquele período, reflete a influência da Escola Nova. Para reformular e melhorar o ensino, era necessário adequar a escola às inovações de ordem metodológica. Essa adequação exigia, em primeiro lugar, a preparação eficiente dos professores.

Além da reforma do ensino primário e normal, Francisco Campos fundou a Escola de Aperfeiçoamento, organizada a partir de um núcleo de professoras enviadas a estudar na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, foi convidado um grupo de professores europeus para trabalhar algum tempo com os mineiros: Theodoro Simón, da Universidade de Paris e colaborador de Binet Leon Walter e Artus Perelet, do Instituto Jean-Jacques Rousseau; Helena Antipoff, assistente de Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau; Jeanne Louise Milde, da Academia de Belas- Artes de Bruxeia..

Reviver o clima inovador dos tempos de Francisco Campos, reviver a Escola de Aperfeiçoamento, retomar o bom caminho foram argumentos utilizados por Renault[2] ao justificar o PABAEE.

> O que agora se vai fazer nada mais é, pois, do que a retomada de um bom caminho, e, se em alguma coisa esperamos levar vantagem aos homens públicos que nos precederam, será em que, valendo-se de suas experiências e de seus entendimentos, não nos parece fora de propósito aspirar a um maior avanço. (*Diário da Assembléia,* 1957, 19 juL, p.l)

Reviver a Escola de Aperfeiçoamento e o período de Francisco Campos tinha sentido especial. Significava retomar o lugar de vanguarda na educação de que se orgulhavam os mineiros e garantir, para Belo Horizonte, o título de "Capital Pedagógica do Brasil" conquistado, segundo Jacintho Alvares Silva Campos, à época das reformas de Campos.

O centro piloto previsto com o PABAEE seria implantado no Instituto de Educação de Minas Gerais e, para sua direção, Abgar Renault nomeou o professor Mário Casasanta[3]. Casasanta tomou posse

Abgar Renault foi, por duas vezes, secretário de estado da educação em Minas Gerais. A primeira, quando era governador Milton Campos (22/12/ 1947a 05/09/1950). A segunda, ao tempo do governador Rias Fortes (31/01/1956 a 13/03/1959). Ocupou o Ministério da Educação antes da assinatura do oficio (11/04/1956) solicitando assistência técnica ao Ensino Primário à Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (USOM-B) por breve período (de 24/11/1955 a 31/01/1956). A assinatura daquele ofício foi o primeiro passo dado em direção à concretização do PABAEE

Mário Casasanta foi colega de turma, na Escola de Direito, de Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Francisco Negrão de Lima e Abgar Renault. Entre outros, ocupou os seguintes cargos: Inspetor Geral da Instrução Pública, diretor da Im-

em 12/03/1957, explicitando, em seu discurso, as intenções reformadoras que deveriam marcar sua gestão.Além desses pontos de encontro entre o PABAEE e a Reforma Francisco Campos, é preciso, ainda, observar a semelhança em alguns pontos do desenho geral das propostas. Em ambos os casos, trata-se de buscar, de colher, no exterior, inspiração para dar novo impulso à educação mineira. Para isso, dois caminhos são usados: enviar um grupo de professores para realizar cursos nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, trazer professores estrangeiros para trabalhar na execução de projetos. Nos dois momentos históricos, acreditava-se que o país tinha muito a lucrar com a experiência de países desenvolvidos — França e Estados Unidos, em 1920, e apenas os Estados Unidos, em 1956.

Une também os dois projetos de renovação pedagógica à reação de oposição que ambos sofreram por parte dos setores educacionais católicos mais conservadores. Oposição mais forte nos anos 20, segundo o professor Ayres da Matta Machado Filho, testemunha dos dois momentos.

A Oposição de Educadores Católicos

> A responsabilidade do educador se estende ao eterno. (O *Diário,* 23 maio 1957, p.8)

Como acontece no período de reformas do final da década de 20, alguns educadores católicos opuseram-se ao PABAEE por motivos ideológicos. Temiam que a importação do ideário filosófico pragmatista colocasse em cheque a orientação católica da educação mineira.

Muitos dos educadores que apoiavam o projeto também eram católicos. Mário Casasanta era católico, porém de uma corrente mais intelectualizada, e aberto a inovações, tendo assinado o Manifesto dos Pioneiros. Também Abgar Renault é católico.

A oposição católica ao PABAEE concentrou-se em torno de três pessoas: Maria Luiza Almeida Cunha, padre Álvaro Negromonte e padre Orlando Machado. Os três representavam uma ala conservadora do catolicismo e eram pessoas de destaque no campo educacional. Almeida Cunha era professora de Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais e exercia liderança nessa ala de católicos mais conservadores. O padre Álvaro Negromonte, que, em 1957, era da Arquidiocese do Rio de Janeiro, exerceu forte liderança nos meios católicos. No tempo de Francisco Campos, ele se opusera às idéias trazidas por Helena Antipoff, em nome da pedagogia católica.

Almeida Cunha e padre Negromonte manifestaram uma oposição direta, e padre Orlando Machado mesclou sua oposição a uma certa dose de simpatia pelos americanos, tentando separar argumentos do campo da discussão que interessavam aos católicos das posições nacionalistas.

Como educadora católica e professora de Filosofia da Educação, Almeida Cunha sentia-se no dever de analisar o "conteúdo doutrinai, os valores e desva-lores das correntes informativas da pedagogia contemporânea", dentre elas, o pragmatismo:

prensa Oficial, diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais-MG, Reitor da UFMG e diretor do Instituto de Educação. Pertenceu ao grupo Pioneiros da Escola Nova de 1931, na ala espiritualista, segundo Alceu Amoroso Lima *(Jornal do Brasil,* 18 abr. 1963). A participação de Mário Casasanta na Reforma Francisco Campos ultrapassa a simples execução burocrática. Para o professor Ayres da Matta Machado Filho, ela foi tão significativa que a reforma deveria chamar-se Reforma Francisco Campos-Mário Casasanta.

> Se, por um lado, o pragmatismo teve nas suas origens o merecimento de reagir contra o positivismo e chama a atenção para a realidade integral da pessoa, incide, por outro lado, no ex-clusivismo do método experimental da desconfiança do trabalho específico da razão, no relativismo da verdade. Em Dewey, o caráter instrumental da verdade, há falta absoluta de preocupação religiosa *(O Diário*, 23 maio 1957, p.14).

Sobre o PABAEE, Almeida Cunha conclamava os educadores católicos a se manterem alertas "a serviço da causa real do Cristo", apesar de confiar nas palavras do secretário de educação, que havia garantido haver um empenho, por parte dos responsáveis pelo programa, em "salvaguardar as nossas tradições cristãs, tendo tomado as precauções para que só nos sejam transmitidas técnicas de ensino". Propunha que os educadores se instruíssem em fontes autênticas, para impregnar de sentido e vitalidade as técnicas aprendidas. A perspectiva de que o novo do PABAEE se restringisse à introdução de técnicas, supostamente neutras, reduziria, aos seus olhos, os riscos para a orientação filosófica católica da educação. Essa percepção talvez explique por que a oposição católica conservadora ao PABAEE teve menos impactos que aquela desencadeada contra as inovações propostas nos tempos das reformas de Francisco Campos, que introduziram uma percepção científica, psicológica da educação.

Padre Álvaro Negromonte, apesar de admitir que se sentia mais aliviado em saber que os americanos vieram "apenas dar a sua ajuda técnica", foi mais radical que Almeida Cunha em suas declarações a O *Diário.* A manchete é expressiva: "Temo que comecem cooperando e terminem no comando".

> Estou de pleno acordo que escolhamos, na pedagogia norte-americana, o que ela tem de bom, para fazermos sua adaptação ao Brasil. Não queria nem a importação dos métodos em grosso, sem exame, só porque são *m IUI in Americana* botocudamente.

Além disso, o padre Negromonte per-gunta:

> Que norte-americanos virão? Católicos? Estes e só estes, é que nos poderiam servir, e, isto mesmo apenas em parte, pois que as suas tradições e os hábitos não condizem com as tradições e hábitos do Brasil. Protestantes? Mas, meu Deus, já não basta o esforço que eles fazem espontaneamente para descatolicar a gente brasileira e ainda lhes vamos entregar, de mão beijada, as próprias casas de formação de educadores do Brasil? (O *Diário*, 28 maio 1957, p.ll).

Como Almeida Cunha, o padre Negromonte também participou da oposição à importação das idéias escolanovistas da Escola de Aperfeiçoamento. Segundo o professor Ayres da Matta Machado Filho, Negromonte ficou, mais tarde, de tal maneira empolgado com as inovações pedagógicas propostas que ele próprio as utilizou na renovação do ensino de catecismo.

O padre Orlando Machado, entrevistado por *O Diário,* fez coro às reflexões de Almeida Cunha e Negromonte segundo as quais os americanos trariam sua técnica e que caberia aos católicos garantir sua utilização, de acordo com os fins absolutos. Manifestou receio em relação à contaminação por essa espécie de materialismo, tão pernicioso quanto o que ensinou Marx:

> ... em matéria tão relevante qual a de uma Pedagogia baseada numa Filosofia finalista, o indiferentismo, o silêncio, a neutralidade ou o ecletismo são tão perniciosos quanto a infiltração aberta de uma doutrina francamente materialista (O *Diário*, 22 maio 1957, p.9).

Com os mesmos receios e restrições, padre Orlando apresentava uma diferença em relação a Maria Luiza e ao padre Negromonte, porque explicitava a não-ade-são a valores nacionalistas, que parecem articulados aos argumentos de ambos, e comentava a discussão sobre o acordo:

> Tenho horror mesmo a todo e qualquer nacionalismo estreito e mesquinho, sobretudo ao da espécie que certa ideologia estranha a nossa formação nos quer impingir na tentativa de dividir o mundo **em** dois blocos opostos (O *Diário*, 22 maio 1957, p.9).

Além do debate através do jornal, essa discussão foi alimentada em mesas-redondas realizadas na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, na União Estadual dos Estudantes, na Federação das Indústrias e na Associação Comercial. Nelas, a discussão girava em torno de questões nacionalistas. Os estudantes criticaram o convênio "por acharem que o mesmo atentava contra as tradições de cultura do nosso estado, significando submissão a país estrangeiro" (O *Diário*, 15 jun. 1957, p.8).

Os responsáveis pelo acordo, procurando amenizar a oposição católica, lembraram que, nos Estados Unidos, também existiam religião católica e educação católica. Isso se fez através de divulgação do pensamento de educadores católicos americanos. O *Diário* entrevistou frei Mathias Keimen, que veio ao Brasil em viagem de aproximação cultural anunciando em manchete: Sacerdote norte-americano estudioso das coisas do Brasil. Abaixo da foto do sacerdote, do repórter e do adido cultural dos Estados Unidos, aparece o seguinte texto:

> **Quanto à educação disse que** o **Pragmatismo acha-se superado nos Estados Unidos e que são em número** de **cem as universidades católicas** daquele país (O *Diário*, 22 jun. 1957, p.8).

Em campanha articulada pela USOM, o educador americano católico Edward Fritzpatrick, que dirigiu, por mais de quarenta anos, o *Catholic School Journal*, visitou Belo Horizonte.

Além de diretor de escola católica, Fritzpatrick foi apresentado por O *Diário* (20 set. 1957) como autor de vários livros sobre filosofia cristã da educação: Fundamentos da Educação Cristã, explorando uma Teologia da Educação, Filosofia da Educação, O Colégio Católico do Mundo de Hoje. Em Belo Horizonte, sua presença foi objeto de homenagens documentadas pelos jornais: homenagem do secretário de educação e da diretoria do Instituto de Educação, jantar na Associação Thomas Jefferson. Fez várias conferências a convite do bispo auxiliar de Belo Horizonte, falou para religiosas católicas. Participou do curso de aperfeiçoamento para mais de 40 professoras em exercício, coordenado pela diretoria do Instituto de Educação, que contou com a colaboração dos americanos que já estavam em Belo Horizonte para a implantação do PABAEE, o Instituto de Educação reuniu em uma publicação as conferências sob o título A Função do Professor no Desenvolvimento Humano.

Fritzpatrick esteve, pela primeira vez no Brasil, em janeiro de 1957. O sucesso[4] dessa viagem motivou seu retomo em agosto, quando se manifestaram, publicamente, os receios dos mineiros católicos quanto à filosofia de educação pragmatista que se ameaçava aqui instalar-se com a vinda do PABAEE Esse educador seria a melhor arma para o contra-ataque:

"É opinião abalizada do oficial de serviço público desta repartição que a visita do doutor Fritzpatrick a esta cidade deu uma grande contribuição para aumentar nosso prestígio entre educadores locais. Sua personalidade agradável e seus ideais elevados tornaram-no benquisto por todos que entraram em contato com ele." Citado por Hart, em correspondência dirigida ao cônsul americano em Belo Horizonte, Mr. Staravia, datada de 20 ago. 1957, em inglês.

> A visita do doutor Fritzpatrick a Belo Horizonte será benéfica para nós no Projeto Educação Elementar mesmo que nem todos concordem com ele. Será um exercício profissional saudável para os educadores de Belo Horizonte obterem visões diferentes da educação americana. Doutor Fritzpatrick virá a Belo Horizonte como um representante respeitado, conhecido e popular do que de melhor existe na educação americana e não como um patrocinador ou defensor de nosso projeto cooperativo em Educação Elementar. Ele vem como conferencista e orador convidado, do mesmo modo como as universidades dos estados convidam personalidades destacadas para conferência nos auditórios e salas de aula[5].

Hart (diretor da Divisão de Educação da USOM) previa, como atividades a serem desenvolvidas pelo visitante, além de várias conferências, mesas-redondas com professores e alunos do Instituto de Educação, um encontro com o padre Orlando Machado e outros líderes de instituições educacionais católicas e, se o tempo o permitisse, visita à Universidade de Minas Gerais, para contatos com professores e grupos de estudantes.

A repercussão da visita foi consideravelmente positiva. Para melhor tirar proveito político do evento, Hart utilizou a chegada de Fritzpatrick para marcar o início oficial do projeto da Divisão da Educação da USOM em educação elementar. Esse início se deu com o Curso Intensivo de Aperfeiçoamento Pedagógico para professoras primárias, organizado no Instituto de Educação, com a participação dos americanos que já estavam em Belo Horizonte. E a primeira atividade pública que reúne brasileiros e americanos.

O *Estado de Minas* (6 out. 1957, p.9) noticiou que, após a conferência de Fritzpatrick no Instituto Padre Machado, sobre "São João Batista de La Salle como expoente predominante nos métodos de educação", abriu-se debate com os reverendos padres e irmãos presentes, no qual o convênio com os americanos foi questionado. Fritzpatrick

> assegura aos presentes que os professores americanos aqui se encontravam a convite do governo brasileiro, a fim de colaborarem com os professores brasileiros no desenvolvimento de modernas técnicas de ensino, constituindo com os mesmos um corpo de conselheiros especializados, cabendo aos professores mineiros todo o trabalho de atividades junto aos cursos e classes em funcionamento.

O sucesso da missão de Fritzpatrick foi reconhecido por Hart. Ele analisou, em documento, as reações ao projeto. Transcrevemos parte dele, por permitir conhecer a visão dos americanos sobre os fatos relatados:

> Todos nós sabemos da visão que predomina largamente na América Latina de que os Estados Unidos da América do Norte é uma nação altamente materialista, embora essa opinião tenha sido grandemente enfraquecida, em anos recentes, com o intercâmbio de viajantes e estudantes, pelos programas da USOM...
>
> Quando o projeto foi a primeira discussão na Assembléia do Estado de Minas Gerais, alguns comentários desfavoráveis apareceram nos jornais, os quais refletiam um medo de que ele seria estranho ao modo de vida brasileiro. Aqueles que objetaram eram principalmente membros das ordens religiosas que ensinam, pensando que o novo método significa a introdução de uma filosofia estranha à tradição desta sociedade católica e conservadora. (Quase um quarto das escolas primárias urbanas no Brasil são mantidas por instituições privadas, muitas delas católicas, de acordo com T. Lyon Smith, em People and Instirution of Brasil).

Correspondência de Hart para o cônsul americano em Belo Horizonte, Mr. Staravia, datada de 20 ago. 1957.

Os críticos simplesmente não sabem que milhares de escolas paroquiais nos Estados Unidos são mantidas sob as mesmas regulamentações e usam os mesmos métodos das escolas públicas e que as freiras que ensinam têm o mesmo treinamento dos professores laicos.

A visita do doutor Edward A. Fritzpatrick, que fez uma série de palestras no Instituto de Educação, foi um bom antídoto para estes medos; ele foi convidado, por educadores religiosos, a retornar a Belo Horizonte para falar em suas escolas.

Cidadãos importantes de Belo Horizonte têm expressado seu pesar de que o projeto tenha sido mal compreendido e criticado. O padre Orlando Machado, um católico proeminente, expressou uma boa apreciação do que é proposto no projeto. Ele reconhece que o projeto traz o tipo de metodologia necessária à colocação da educação em melhores bases e elogia a admirável ação do doutor Abgar Renault, secretário de educação do estado, na tentativa de fazer de Minas Gerais um estado pioneiro na renovação que está-se tornando imperativa. Ele observou que nada melhor poderia ser feito do que trazer o doutor Fritzpatrick, muito conhecido por seu perfeito conhecimento no campo da educação e suas importantes realizações. Ele pediu mais informações sobre o Programa de Educação para levar para os diretores de escolas católicas e comentou que comunistas estão envenenando e estragando todo esforço sob a capa de nacionalismo. Padre Orlando Machado tem apoiado generosamente o programa em cartas para o secretário de educação e para o doutor Affonso Paulino, diretor da ACAR e membro de uma das antigas famílias mineiras, que, a propósito, tem-se colocado como uma patrocinadora oficial do projeto. Uma observação posterior do padre Machado é — Eu gostaria de pedir a você para assegurar-lhe (Diretor do Programa de Educação) que, em todas as eventualidades, estarei pronto para colaborar com ele porque vejo em seu trabalho uma expressão de generosidade e desinteresse por parte da América do Norte, estendida para um grande país, cheio de possibilidades e necessidades de tal amizade.

A vinda de Fritzpatrick não foi a única medida tomada pelo PABAEE para enfrentar as restrições católicas. Outras articulações foram feitas, a fim de neutralizar a repercussão dessa oposição que se deu na Assembléia Legislativa, durante a tramitação do projeto de aprovação do acordo.

A posição de O *Diário* nesses acontecimentos foi ambivalente. Representante dos interesses da comunidade católica conservadora, foi porta-voz da oposição desse segmento à implantação do programa. No entanto, seu diretor, Affonso Paulino, era também diretor da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), que vinha recebendo assistência técnica americana desde 1949 e era, segundo Hart, "patrocinador não oficial do projeto". He foi incorporado, em meados de 1957, ao PABAEE, como membro da comissão de instalação do programa, e desempenhou funções de assessor jurídico.

Para reforçar suas posições, o PABAEE realizou, no início de 1958, um curso de aperfeiçoamento pedagógico para religiosas que lecionavam em escolas normais. É a segunda promoção do convênio, logo após o curso de três meses que contara com a participação de Fritzpatrick. O curso para as religiosas, iniciado em janeiro, teve a aprovação do arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, D. João de Resende Costa, e contou com a participação de 104 professoras-freiras de vários pontos dos estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e de Goiás[6]. O corpo docente desse cur-

Cf. *O Diário,* 9 fev. 1958, p.8. O curso para as freiras objetivava nitidamente apaziguar as forças contrárias católicas, já que a USOM definira explicitamente, como prioridade no campo educacional, o ensino público.

so foi composto de professores americanos, das professoras brasileiras que fizeram curso nos Estados Unidos e de alguns professores do Instituto de Educação, entre os quais, Almeida Cunha. A Filosofia da Educação, área de conflitos, ficou sob a responsabilidade de Maria Luiza Almeida Cunha e do padre Orlando Machado.

À essa época, os receios da contaminação do espírito pragmatista já não provocavam reações, pelo menos que se expressassem publicamente. Parece que já não havia mais motivos para isso. O temor que emergira nas primeiras reportagens sobre a reforma do ensino normal de que o programa viesse a significar algum tipo de intervenção na economia dos colégios normais católicos parecia, a essa altura, despropositado. As atividades do PABAEE priorizavam cursos de aperfeiçoamento para professoras e diretoras de escolas públicas e não significavam ameaça aos colégios religiosos[7].

Em segundo lugar, os receios dos católicos que se fizeram ouvir pelos jornais dirigiam-se, sobretudo, à orientação filosófica geral, mas todos admitiam, com algumas restrições, a possibilidade de ganhar com o acordo com os americanos, desde que eles se restringissem ao campo da técnica. Parece que, por precaução, nos primeiros cursos de aperfeiçoamento em que atuavam professores do Instituto de Educação e do PABAEE, a Filosofia da Educação era dada pelos professores mineiros, reconhecidamente católicos. Se se observa a composição da primeira turma enviada aos Estados Unidos, não foi enviado professor para se especializar apenas em Filosofia.

Numa das reportagens de *O Diário* (15 maio 1958, p.8) essa ameaça fora anunciada: "Acredita-se que o governo estadual encontrará sérias resistências na aprovação do acordo, desde que este implica uma intervenção na economia privada dos colégios mineiros que mantêm cursos de Formação de Professores Primários e do Curso Ginasial".

Finalmente, é interessante observar que, nessa polêmica que se travava pelos jornais, não foi citado o nome de Anísio Teixeira, figura responsável pelo convênio e que, nessa altura dos acontecimentos, estava sendo apontado como figura nociva aos interesses católicos no plano nacional. Poucos dias antes de *O Diário* começar a publicar matéria sobre o PABAEE, esteve em Belo Horizonte e foi entrevistado por este jornal o deputado federal Cônego José Trindade da Fonseca e Silva. Nessa entrevista, ele condenava o materialismo que agia no Ministério da Educação e os conceitos marxistas do diretor do INEP (O *Diário,* 1 mar. 1957, p.8). O nome de Anísio Teixeira não foi lembrado para reforçar a crítica que se fazia ao acordo.

O estudo permitiu identificar que as expectativas iniciais em relação ao PABAEE sofreram, nos primeiros anos de sua implantação, uma reversão. As expectativas de reviver os tempos de Francisco Campos, alimentada principalmente pelo grupo do Instituto de Educação e anunciada pelo secretário da educação regrediram. Os professores do Instituto de Educação, diante da autonomia do programa, não tiveram condições de incorporá-lo, de forma efetiva, àquela instituição. O PABAEE se desenvolveu de forma independente e como tal se projetou, gerando conflitos. Os grupos hegemônicos das duas instituições se defrontaram em disputas de caráter pedagógico e disputas pelo poder. Inversamente, a oposição dos educadores católicos mais conservadores diluiu-se no segundo ano de funcionamento do programa. Contribuiu para isto a estratégia elaborada pelo USOM-B. O desarmamento destes grupos se efetivou a partir do argumento de que ao PABAEE não interessava interferir na filosofia da educação, nos valores e finalidades perseguidos pelo trabalho pedagógico. O objetivo central de suas atividades foi visto como o de trazer

para o Brasil métodos de ensino mais modernos e mais eficientes. Esta posição supunha a crença na neutralidade dos métodos.

Referências Bibliográficas

PEIXOTO, Anamaria C. *Educação no Brasil — anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983. 180p.

ARROYO, Miguel. Na carona da burguesia: retalhos da história da democratização do ensino. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, n.3, p.17-23, jun. 1986.

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM MINAS GERAIS

Anamaria Casasanta Peixoto
Maria Helena Oliveira Prates

As reflexões aqui desenvolvidas são resultado de nossa experiência na tentativa de identificar e localizar fontes documentais para o estudo da história da educação em Minas Gerais. Essa preocupação surgiu da própria prática de pesquisa, de estudos e das análises sobre a produção científica nesse campo.

Ambas trabalhamos e temos trabalhado com dados primários sobre a educação mineira. As dificuldades enfrentadas tornaram-nos sensíveis à necessidade de mapeamento de fontes disponíveis para o estudo da história da educação em Minas, não só para continuidade de futuros trabalhos mas também como fator de ajuda a outros que se interessem por esse assunto. Vivenciamos, como os demais pesquisadores no país, dificuldades na obtenção de elementos que forneçam as informações de que necessitamos. Esta dificuldade vem sendo apontada pelos analistas como uma das razões para a precariedade de nossa produção nessa área. Os dados relativos à educação no Brasil ou vêm-se perdendo, pela pouca preocupação com a preservação de nossa memória, ou acham-se de tal maneira dispersos que o acesso às fontes, condições indispensáveis à reconstrução do nosso passado, torna-se extremamente difícil. Este fato faz da pesquisa histórica um desafio nem sempre superado, e tem conseqüências no campo da historiografia, tornando já lugar comum a afirmação de que a história da educação no Brasil está por ser escrita, de que faltam monografias de base razoavelmente consistentes, que permitam vôos interpretativos mais altos. Segundo Nunes (1989), "a maioria dos trabalhos procura (antes) iluminar um pouco mais clareiras já abertas na própria historiografia da educação, do que avançar sobre áreas de penumbra, ainda não exploradas".

No que diz respeito a Minas Gerais, existem apenas algumas teses para a obtenção de títulos em cursos de pós-graduação e umas poucas obras, entre as quais se destaca o trabalho de Paulo Kruger Mourão (1962a e 1962b) sobre a instrução em Minas no Império e na República.

Diante deste quadro impunha-se, como da maior urgência, um trabalho de localização e registro — ainda que de forma inicial e primeira — das fontes existentes em Minas Gerais e das formas de acesso a elas.

A inspiração para a realização desta pesquisa veio do estudo do relatório de um levantamento de fontes primárias para o estudo da educação brasileira, divulgada pelo INEP, em 1989. Desenvolvido pela professora Clarice Nunes, esse trabalho reúne informações pertinentes a acervos sobre a educação, existentes no Rio de Janeiro, Petrópolis e Niterói, oferecendo ao pesquisador indicações sobre sua localização, disponibilidade e condições de acesso.

A exemplo do *Guia de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual,* o *Cuia Preliminar de Fontes para a História da Educação Brasileira* reflete a nova mentalidade que vem presidindo o processo de modernização dos arquivos no país, na qual se destaca sua importância em "servir ou salvaguardar a continuidade das instituições, bem como das comunidades que as criam, as transformam, as extinguem, as restabelecem" (Kecskemiti, 1990).

A nosso ver, trabalhos com estes não só facilitam o acesso do pesquisador às fontes como o auxiliam na constituição do corpo documental, indispensável ao desenvolvimento do seu projeto, e estimulam o estudioso a fugir do "já pronto", a suscitar outros e diferentes problemas, abrindo novas pistas, revendo posições. Nesse sentido, podem contribuir de maneira decisiva para o avanço da historiografia, e podem cooperar, ainda, para a preservação de nosso passado histórico, pois, ao trazer à luz o que existe em termos documentais, estaríamos de certa forma colaborando para impedir o processo de destruição de nossa memória. Em Minas Gerais existem mais de 100 arquivos
— a maioria deles ameaçados de extinção
- nos quais, ao lado de peças inúteis, do cumentos de valor deterioram-se progres sivamente.

No plano mais estritamente educacional, as escolas — autorizadas pelos órgãos de administração do sistema e também sem recursos orçamentários, humanos e físicos — promovem, periodicamente, uma atualização em seus arquivos e, nesses momentos, queimam ou desfazem-se de documentos que poderiam ser preciosos na reconstrução de nosso passado cultural, englobando-os na categoria de "papéis velhos".

No desenvolvimento do projeto, algumas questões impuseram-se como relevantes: a concepção de documento histórico e a delimitação geográfica da área a ser pesquisada.

A nova história dilata a memória histórica, uma vez que promove a dessacrali-zação da memória dos grandes homens e dos eventos políticos, militares e diplomáticos e amplia o interesse da história por todos os homens.

Ao privilegiar o homem comum, os estudos históricos voltam-se para temas relacionados ao cotidiano, às formas de vivência coletiva, aos comportamentos, às atitudes. Neste movimento, a historiografia sente a necessidade de dar relevo a objetos que haviam ficado até então ignorados, tais como: o amor, a criança, a família, a educação, etc.

Nessa perspectiva, o documento escrito, até então considerado como fonte privilegiada de reconstrução do passado — em detrimento de fontes que, por fugirem dos padrões vigentes, não constituíam material nobre para ser arquivado, tratado e analisado — já não é visto como detentor exclusivo do conteúdo do conhecimento humano.

Segundo Lucien Febre *(apud* Le Goff, p.98), "a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, e deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames das pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem". Como vimos, o conceito de documento modificou-se e ampliou-se.

Dessa forma, se não há história sem documento, temos que aceitar uma nova concepção de documento quando se tem em mente resgatar uma história, cujas fontes têm sido escasseadas. Segundo Samaran *(apud* Le Goff, p.98, grifo nosso), "há que tomar a palavra *documento* no sentido mais amplo, documento es-

crito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira". Em síntese, a palavra *documento* pode abranger o documento escrito, o documento ilustrado, o microfilmado, o fotográfico, o fonográfico ou sonoro, o fil-mográfico, os objetos iconográficos, móveis, prédios, além de outros que surgem e se aprimoram graças ao desenvolvimento tecnológico.

Além disto, é preciso considerar, como nos lembra Marc Bloch *(apud* Le Goff, p.98), que "seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema corresponde um tipo único de documentos especializados para esse uso (...) Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas e hinos? Ele sabe bem que, sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes do santuário, a designação e o mobiliário das tumbas têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos".

A ampliação e diversificação do conceito de documento foi de grande importância na definição do universo dessa pesquisa. Além de museus e arquivos, nossas atenções voltaram-se para escolas, bibliotecas, instituições destinadas a estudos e pesquisas na área de educação e instituições ligadas à cultura. Nelas procuramos identificar documentos que, independentemente da data de produção, natureza e suporte material, proporcionassem informações sobre a história do ensino fundamental e a formação de profissionais para esse nível de ensino em Minas Gerais. Nesta perspectiva, dedicamos especial atenção aos materiais de ensino (recursos didáticos, cadernos, manuais, trabalhos desenvolvidos pelos alunos, etc), aos registros de atividades escolares (fotografias, livros de atas de reuniões, livros de matrícula, álbuns de festividades, etc), aos móveis (carteiras, armários, mesa de professor, etc), aos objetos de adorno utilizados na montagem e decoração do ambiente escolar. Estes documentos, embora ainda pouco explorados pelos pesquisadores e estudiosos, constituem importante e rico material de investigação. Eles não só expressam em que medida os textos legais se operacionalizam, mas podem evidenciar também a realidade material da escola e sua função social. Ao lado disto, uma vez que cada um destes documentos expressa na sua totalidade formas simbólicas de uma sociedade, os objetos iconográficos e os artefatos constituem a materialização de uma determinada maneira de pensar, sentir e fazer a educação. Seu estudo pode, pois, clarear aspectos importantes de nossa educação, especialmente os relacionados à ideologia, mentalidade e cotidiano da escola.

Embora esta pesquisa tenha tratado, especificamente, da educação mineira, não pretendemos, com isso, negar a relação da história do estado com um todo mais amplo, nacional. Entretanto, há razões que justificam a regionalização do trabalho quando se tem sob foco de investigação, sobretudo, o ensino fundamental (primário) e o normal. Por um lado, no Brasil, a tradição legislativa estabeleceu que esses graus de ensino seriam de responsabilidade da província (no Império) e do estado (na República) — enquanto caberia à União determinar e fiscalizar os ensinos secundário e superior. Essa divisão, que deu aos estados o papel de mantenedores, legisladores e controladores do ensino elementar e do profissional, fez com que fossem relativamente diferentes as práticas e histórias destes graus de ensino nos também diferentes estados brasileiros. Por outro lado, tratando-se destes graus específicos, há que se considerar o fato de, em alguns momentos, Minas haver assumido, em âmbito nacional, um papel de destaque e li-

derança num determinado modelo e forma de se fazer a educação.

De origem extratívista em seus primór-dios — garimpos de ouro e de pedras preciosas — o Estado de Minas escreveu diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, sua história do ensino público.

O período colonial foi pobre de iniciativas na área educacional. As poucas escolas primárias de importância surgiram a partir de 1776 com a instituição do "subsídio literário". Data do período imperial — exatamente de 1835 — a primeira lei do ensino primário em Minas Gerais bem como a primeira lei de criação de uma escola normal no estado, em Ouro Preto.

Além dessa extensão no tempo, a extensão geográfica faz de Minas um estado bastante heterogêneo. "Há uma subcultura mineira, não uniforme, constituída de um mosaico de segmentos de regiões culturais brasileiras (café, mineração, moderna agricultura, pastoreio) que se manifestam pelo caráter regional" (Dias, 1968).

A diversidade do ponto de vista econômico-regional foi agravada pelas dificuldades de comunicação interna. O Triângulo Mineiro, por exemplo, aproximava-se muito mais de São Paulo, com o qual se comunicava mais facilmente. A região norte do estado, mais atrasada e por questões de vizinhança, tinha mais afinidade com a Bahia.

A diferenciação regional teve suas conseqüências: em 1835 a Lei nº 13, que regulamentava o ensino primário, dividiu a província, para fins de administração do ensino, em 15 círculos literários, cada um chefiado por um delegado. A sede desses círculos ficava "nas cidades ou em vilas importantes — onde se situavam as escolas primárias de segundo grau, e cada círculo abrangia uma extensão mais ou menos ampla, de acordo com a densidade da população" (Mourão, 1962a). A tendência de criar centros regionais para a administração do ensino manteve-se ao longo de nossa história.

Em 1894, pelo Decreto nº 676 (de 15/01/1894) o estado foi dividido em 10 circunscrições escolares cujas sedes, naquele momento, ficaram nas cidades em que havia escolas normais (Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Juiz de Fora, Campanha, Uberaba, Paracaru, Montes Claros, Araçuaí, Diamantina) (Mourão, 19 62b, p.41-46).

Embora sofrendo um processo de repetidos fechamentos e reaberturas, muitas dessas primeiras escolas normais oficiais mineiras (criadas de 1835 a 1894) existem ainda hoje e são pontos relevantes a serem considerados na identificação e cadastramento dos acervos de instituições a serem pesquisados.

De uma forma geral, as escolas acima referidas e outras escolas normais do estado (caso da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, posteriormente Instituto de Educação de Minas Gerais, e algumas escolas confessionais particulares) tiveram importância na preparação de recursos humanos e na introdução de determinados métodos e formas de se fazer o ensino elementar em Minas Gerais.

Constituindo-se em focos de irradiação de inovações introduzidas pelo governo no ensino primário, as escolas normais, ao lado das próprias escolas primárias, podem oferecer manancial a ser explorado na reconstrução da memória do ensino em nosso estado.

Além das escolas normais urbanas, o governo mineiro, após o Estado Novo — numa tentativa de interferir na qualida-

de do ensino primário oferecido pelos municípios — criou alguns núcleos regionais para a formação (e/ou reciclagem) do professor rural. O núcleo centralizador dessa política — o Instituto Superior de Educação Rural — sediou-se na Fazenda do Rosário, em Ibirité, e, assim sendo, é este um outro acervo a ser investigado.

A pesquisa idealizada pretendia, em suas origens, localizar em Belo Horizonte, em Ouro Preto, nas cidades das antigas escolas normais e núcleos de formação de professores para o ensino rural, os acervos de arquivos públicos, museus, centros de documentação, bibliotecas e escolas (públicas e confessionais: primárias, normais, superiores) e investigá-los descritivamente quanto ao tipo e volume do seu material, conservação e possibilidades de sua consulta. Considerando, entretanto, o vulto de um trabalho como este e a necessidade de se aprimorar a metodologia de investigação antes de se estendê-lo a todo o estado, e, sobretudo, a escassez dos recursos pecuniários obtidos, a pesquisa restringiu-se, na sua primeira fase, a Belo Horizonte[1].

Este fato influenciou nos resultados obtidos — é preciso não só lembrar, como realçar o *locus* da pesquisa — Belo Horizonte. Buscava-se, nesse caso, a memória de uma "cidade menina", muito nova nos seus 96 anos. As mais antigas instituições na capital mineira datam do principio do século. Muito diferente pois, do que se pode encontrar numa cidade como o Rio de Janeiro ou São Paulo de 400 anos. Mesmo assim, encontramos, no Arquivo Público de Minas Gerais, documentos sobre o período do Império. E que, no momento em que a capital mineira se transferiu de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, transferiram-se também os documentos oficiais do governo.

Outros fatos também influenciaram nos resultados obtidos. Os museus e arquivos, em sua maioria, consideram a educação uma questão secundária. Em geral, o que se encontra aí, de forma mais organizada e bem conservada, é a legislação do ensino. Lembrando uma tradição de história heróica, história de vencedores, a educação costuma aparecer relacionada à biografia de alguma personalidade ou ao projeto político de algum dado período. Além disso, os museus e arquivos enfrentam, como já foi anteriormente mencionado, sérios problemas de organização e funcionamento, e isso dificultou, uma vez mais, a obtenção de informações[2].

As escolas, em que depositávamos grandes esperanças, constituíram-se, de certa forma, em decepção. Elas preservam, às vezes, o próprio prédio — em especial, as fachadas — e alguns móveis antigos — em geral gabinetes e não salas de au-

Primeiramente, pretendemos trabalhar com Belo Horizonte e Ouro Preto enquanto as demais cidades deveriam ser objeto de um novo projeto a ser desenvolvido posteriormente. Tão logo iniciamos o levantamento, fomos obrigadas, novamente, a rever a abrangência da pesquisa: os recursos alocados mostraram-se insuficientes (fato muito agravado pela alta inflação e a impossibilidade contratual de aplicação dos recursos, que permaneceram imobilizados no Banco). Diante disto, decidimos, mais uma vez, redimensioná-la, restringindo-a a Belo Horizonte. Supusemos que a atual capital e maior cidade do estado devesse também contar com os maiores, mais organizados e numerosos acervos históricos.

Durante a pesquisa foram arroladas 51 instituições para visita. Foram obtidos dados e organizadas fichas-síntese de 35 delas: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público Mineiro, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Biblioteca Pública Luís de Bessa, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG, Centro de Estudos Superiores — Sociedade de Educação e Assistência Companhia de Jesus, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Colégio Arnaldo, Colégio Batista Mineiro, Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Belo Horizonte, Escola Estadual Afonso Pena, Escola Estadual Barão de Macaúbas, Escola Estadual Barão do Rio Branco, Escola Estadual Bueno Brandão, Escola Estadual Caetano Azeredo, Escola Estadual Delfim Moreira, Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola Estadual José de Bonifácio, Escola Estadual Mariano de Abreu, Escola Estadual Pedro II, Escola Estadual Professor Leon Renault, Escola Estadual Silviano Brandão,

la — e muito pouco ou quase nada em termos de documentos escritos. Materiais pedagógicos, tais como livros adotados, diários de classe, planos de aula, cartazes de leitura, atas de reuniões, etc. ou são inexistentes na escola — por serem vistos como material superado, "traste velho" — ou encontram-se em péssimo estado de conservação por terem ficado em porões mal-ventilados, mal-acondicionados, sujeitos a todo tipo de intempéries, apresentando alto e rápido nível de deteriorização. As instituições escolares não têm tido preocupação com esse material como história. A falta de espaço e local adequado nos estabelecimentos, a falta de funcionários especializados para a organização dos papéis propiciam a conceituação do "papel velho" seguido do descarte prematuro. As escolas, geralmente, mantêm seu material pedagógico com vistas à consulta pelos alunos. Privilegiam, portanto, o armazenamento e a manutenção do material em uso no ensino. Um outro traço que pode ser percebido é a escola como "lar", "família": professores levam chaves consigo quando vão embora no final do turno de trabalho, guardam materiais em sua residência, etc. Na preocupação de zelar pelos documentos tornam-se "donos" e detentores das informações e/ou materiais. Nessas condições, o caso mais típico foi encontrado numa escola estadual, onde existe material de consulta organizado no porão. A diretora que o organizou aposentou-se, mudou para o interior e ninguém a substituiu nessa atividade. Outro caso refere-se à retirada do material pelo professor, no momento da sua aposentadoria.

Preocupação maior existe, por parte das escolas, com a documentação administrativa (folha de ponto, notas de alunos, livros de recortes, etc.) necessária à vida funcional posterior dos professores e ex-alunos da instituição. Mesmo assim, muitas vezes, são precárias as acomodações desses papéis. Soubemos de um caso, por exemplo, em que, estando tais papéis no porão da escola, foram totalmente inutilizados por uma enchente que ali penetrou. A escola não tinha mais como fornecer contagem de tempo a seus ex-professores até o ano de 1984, ano da tal enchente.

Em relação às escolas, há que ressaltar também a falta de condições para um trabalho de preservação da memória e de atendimento a pesquisas desta natureza. Há grande escassez de funcionários especializados nessa área. As escolas da rede estadual de Minas Gerais, por exemplo, não dispõem, atualmente, em seus quadros de pessoal, de bibliotecários. Por esta razão, a maioria das bibliotecas escolares encontram-se fechadas e muitas se transformaram em depósito de materiais. Em alguns casos, quando a escola conta com um professor eventual que não se encontra, no dia, na regência de classe, as bibliotecas podem ser abertas (esporadicamente, portanto) para atendimento aos alunos do horário diurno.

Todos estes fatos anteriormente mencionados tornaram difícil o acesso às insti-

Faculdade de *Educação*—FAE/ UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas — FAFICH/UFMG, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Fundação João Pinheiro, Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, Instituto São Rafael, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, Serviço Social da Indústria — SESI, Sistema de Ensino Arquidiocesano. De 16 instituições não foi possível obter dados por diferentes motivos: a) arquivos desorganizados, não havendo como entrar em contato com o possível material; b) arquivos em fase de organização; c) arquivos em mudança; d) escassez de funcionários para atendimento aos pesquisadores; e) recusa, por parte da instituição, em fornecer dados; f) falta de acervo; g) ausência de materiais que se coadunassem com os objetivos da pesquisa. Dados de especificação dos documentos encontrados em cada uma das instituições pesquisadas, bem como sobre serviços por elas prestados, localização e acesso, estão disponíveis no relatório final da pesquisa *Cuia de Fontes para o Estuda da Educação em Minas Gerais,* enviado ao INEP em novembro/1994.

tuições preliminarmente arroladas como locais de pesquisa. As dificuldades enfrentadas exigiram mudanças na metodologia do trabalho e abertura de um leque maior de novos locais de pesquisa, na esperança de identificação de acervos potenciais, isto é, acervos que, não estando diretamente relacionados com a educação primária e normal, pudessem, contudo, conter documentos importantes para os pesquisadores destes níveis de ensino. Foi assim, por exemplo, que se incluíram no rol de instituições pesquisadas, entre outras, a Academia Mineira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais[3].

Em termos gerais, o trabalho demonstrou que Belo Horizonte não apresenta muitos espaços organizados e sistematizados para a pesquisa da educação mineira. Até o momento, sobressaem como espaços privilegiados o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública de Minas Gerais, as Bibliotecas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, do Instituto de Educação de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Recursos Humanos João Pinheiro. O Centro de Processamento de Informações (CPRO), da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, oferece dados estatísticos variados tanto da educação privada quanto pública, no estado.

Achamos não ser exagero, hoje, a afirmação de encontrar-se, infelizmente, perdida a maior parte dos documentos a respeito da história da educação de Minas Gerais e, em breve, já não ser mais possível resgatar a memória deste importante aspecto de nossa cultura.

O resultado do processo de destruição da memória, vivida pelo estado mineiro, pode ser sentido em suas escolas onde, muitas vezes, impera o modismo: algum método ou procedimento entra em "alta" e, mais que imediatamente, todo o material e documentos de uma postura anteriormente adotada e então julgada "superada" é descartada sem deixar registros. Pela perda de sua memória, isto é, pela perda da dimensão de sua própria história, a escola, impossibilitada de relativizar e contextualizar suas políticas e práticas, acaba conseqüentemente empobrecida na sua dimensão educacional.

Dentro deste quadro de amnésia histórica, que perpassa o dia-a-dia da escola com visíveis prejuízos na sua ação pedagógica, vêm surgindo algumas iniciativas voltadas para o resgate e a preservação de documentos que possam colaborar para a reconstrução da lustória escolar em Minas Gerais. Neste sentido, merecem destaque o Setor de Documentação do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG (CEALE), que vem construindo um acervo de documentos relacionados ao ensino da leitura e da escrita, e o Centro de Memória da Secretaria de Estado da Educação, recentemente inaugurado. Parte do Centro de Referência do Professor, este Centro tem como objetivos resgatar e preservar documentos sobre a educação escolar em Minas Gerais, desenvolver estudos e pesquisas sobre a história do ensino no estado e coordenar e desenvolver uma política de preservação da memória do ensino. Estas iniciativas seriam os primeiros sinais do surgimento de uma nova mentalidade que tem no conhecimento do passado um elemento importante para a construção do presente.

A análise dos dados coletados fez com que revíssemos a metodologia utilizada num primeiro instante (questionário), introduzindo um instrumento adicional de coleta (a entrevista), com os seguintes objetivos: a) deixar claro para as instituições as informações desejadas; b) verificar e complementar dados e informações; c) identificar "arquivos potenciais".

Referências Bibliográficas

DIAS, Fernando Correia. *O Movimento Modernista em Minas:* uma interpretação sociológica. Belo Horizonte, 1968. Tese (Doutorado) — FAFICH, UFMG.

NUNES, Clarice. Pesquisa histórica: um desafio. *Cadernos Anped,* n.2, p.36-47, 1989.

MOURÃO, Paulo K.C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império.* Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962a.

KECSKEMETI, Charles. Arquivo tipo exportação. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 2 jun. 1990. p.2.

_____ . *O ensino em Minas Gerais no tempo da República: 1889-1930.* Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962b.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi Memória-História. Porto: Inova: Artes Gráficas: Imprensa Nacional: Casa da Moeda. p.98.

MEC / INEP
SIBE - CIBEC